

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A DEFESA DE DIREITOS DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

PUBLIC CIVIL ACTION TO PROTECT THE RIGHTS OF PEOPLE DEPRIVED OF LIBERTY

Biblioteca depositária: PUC-SP

Felipe Carvas¹

RESUMO

A situação carcerária no Brasil encontra-se em total desacordo com o ideal normativo (Constituição, tratados internacionais de direitos humanos e legislação infraconstitucional). Evidentemente, o próprio Poder Público, como detentor da exclusividade do direito de punir poderia, em seu regular exercício, cumprir as normas nacionais e internacionais relativas ao cárcere, propiciando execução da pena em acordo com os objetivos previstos. Mas não é o que acontece. Em razão disso, a pesquisa efetuada na tese busca demonstrar que a ação civil pública pode ser um importante instrumento para a correção do problema, permitindo-se a tutela dos direitos decorrentes da execução penal. Nesse sentido, são analisados os principais direitos relativos ao cumprimento de pena privativa de liberdade como objeto de ação civil pública, que partem desde a Constituição da República, passando por tratados internacionais de direitos humanos e chegando à legislação interna, especialmente a Lei de Execuções Penais. Para tanto, importantes institutos do Direito Processual Coletivo como as partes na ação civil pública, a competência e o Fundo de Direitos Difusos também são lidos à luz desse específico objeto.

Palavras-chave: Ação Civil Pública; Execução Penal; Direitos Fundamentais; Direitos Humanos.

ABSTRACT

The prison situation in Brazil is totally at odds with the normative ideal (Constitution, international human rights treaties, and infra-constitutional legislation). Evidently, the Public Power itself, as the holder of the exclusive right to punish, could, in its regular exercise, comply with national and international standards related to prison, allowing the sentence execution in accordance with the foreseen objectives. But that is not the reality. As a result, the research carried out in the thesis intends to demonstrate that public civil action can be an important instrument to correct the problem, allowing the protection of rights of people deprived of liberty. In this sense, the main rights related to the execution of a custodial sentence as an object of public civil action are analyzed, starting from the Constitution, going through international human rights treaties, and arriving at internal legislation, especially the Law of Criminal Executions. For this purpose, important institutes of collective procedural law as well as parties to public civil action, jurisdiction and the Diffuse Rights Fund are also read considering this specific object.

¹ Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do grupo de pesquisa Tutela Jurisdicional dos Direitos Coletivos (PUC-SP). Advogado em São Paulo, com experiência no contencioso cível. fcarvas@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0001-5095-6244>.

Keywords: Public Civil Action; Penal execution; Fundamental rights; Human rights.

(CARVAS, Felipe. Ação civil pública para a defesa de direitos de pessoas privadas de Liberdade. 2020. 256 p. Thesis (Doctorate in Law)

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Patricia Miranda Pizzol - (Orientadora)
Prof. Dr. Sergio Seiji Shimura - (Examinador)
Prof^a. Dr^a. Andrea Boari Caraciola - (Examinadora)
Prof. Dr. Eduardo Dias de Souza Ferreira - (Examinador)
Prof. Dr. Rodolfo de Camargo Mancuso - (Examinador)
Prof. Dr. Rodrigo Otávio Barioni - (Suplente)
Prof. Dr. Rogerio Marrone de Castro Sampaio - (Suplente)